

Ata da Reunião da Comissão de Moradia

Reunião realizada no dia 03/07/2014

Local: PRAE – 1º andar – 09:00 horas.

Presentes:

Presidente: Fábio Alexandre dos Santos

Osasco/NAE: Emília Tiemi

Reitoria/PRAE: Andréa Rabinovici

NAE/Baixada Santista: Eliana Almeida Soares Ganam

NAE/São Paulo: Viviane Aguilar

Reitoria/DGO: Marilda Guerra

Reitoria/PRAE: Cássio Manoel do Nascimento

Ata:

A reunião teve início com a aprovação das duas atas pendentes, das reuniões de 03/04 e 08/05/2014, no entanto, por causa de alterações que seriam passadas a posteriori nas atas ficou convencionado que as duas atas seriam aprovadas na próxima reunião.

Dessa forma, passou-se imediatamente para os informes dos campi e da ProPlan, em que a assistente social Viviane Aguilar iniciou o relato dos informes do campus São Paulo, declarando que em relação a comissão de moradia local, não houve nenhuma ação durante o período da última reunião da comissão principal, e que a ata da última reunião foi encaminhada com uma série de sugestões e encaminhamentos para a diretoria de campus, dentre a solicitação de formalização da comissão local através de portaria, no entanto até o momento não havia recebido uma devolutiva. Também foi dito que em razão da ausência de formalização da constituição de determinadas comissões, as informações importantes sobre determinadas ações não chegam da forma devida, sendo repassadas geralmente de modo informal. Lembrou que havia chegado a informação de que os estudantes haviam contestado a construção de moradias estudantis no terreno disponível em Santo Amaro e que, talvez em decorrência disso, a diretoria do campus havia se articulado para a obtenção da posse de um terreno desconhecido na Rua Estrada de Israel, próximo ao campus São Paulo. No entanto, nenhuma

dessas informações são confirmadas de modo oficial pelos envolvidos, e isso dificulta saber ao certo sobre a fidedignidade das informações repassadas.

No campus Osasco, foi iniciado o período de sugestões para a produção do Regimento da Comissão Local, mas que por enquanto foi decidido aguardar o suporte do Prof^o. José Alves, dado que em Diadema eles estão finalizando o regimento da comissão local.

Já em relação à ProPlan, a estagiária Mariana de Jesus informou que teve início ao processo de formulação do chamamento público de empresas organizadoras e que há uma grande expectativa de que realmente se concretize a definição do IAB como empresa organizadora. Dessa forma, foi obtido, através de convênio, orçamento suficiente para a realização desse concurso e dos próximos concursos que serão realizados com essa finalidade com o CAU - SP (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo). Segundo ela, o chamamento fica aberto durante 15 dias e que possivelmente será publicado na próxima semana. Ela ressaltou que é imprescindível que estejam definidos os campi que participarão desse primeiro concurso e que há possibilidade de que São José dos Campos participe já desse concurso inicial. No entanto, foi alegado pelos representantes da comissão constituída no referido campus que pode estar havendo algum lapso de comunicação entre os representantes da PRAE e da comissão local, que impede de que eles acompanhem as discussões realizadas nas reuniões da PRAE. Foram assim, disponibilizados documentos sobre o terreno escolhido pelo campus e foi informado que há um diálogo com a Prefeitura para conseguir providenciar uma estrutura viária que permita conduzir-se ao local com maior facilidade de acesso. Contudo, mesmo se São José dos Campos não conseguir encaminhar as documentações obrigatórias para a inclusão neste concurso, o andamento inicial deste concurso ocorrerá como previamente planejado. Caso isso aconteça, o primeiro concurso será lançado com um único campus e Osasco, que é o único local que concluiu o termo de referência e a documentação obrigatória ficará como parâmetro para os demais. Ressaltou também que o CAU-SP entrará como parte conveniada que financiará os concursos que serão realizados pela Unifesp, enquanto possivelmente o IAB organizará o concurso. Há uma expectativa de que a organização fique ao encargo do IAB dado o *know how* demonstrado pela entidade e sua participação em vários outros concursos de grande porte, contudo em tese há chance de outros participantes do chamamento público serem escolhidos para a organização de todo o procedimento público. No campo estrito das atribuições incumbidas ao IAB, haverá uma indicação da maior parte dos profissionais que realizarão a avaliação do projeto básico que será apresentado pelas empresas que se inscreverão através do concurso. Os avaliadores remanescentes serão então indicados pela própria Unifesp. Após a declaração do vencedor do certame, a Unifesp encaminhará o pedido de financiamento das obras ao MEC, que constatando a normalidade e legalidade do procedimento, adotará os procedimentos de repasse necessários a efetivação das obras.

O Prof^a. Andréa Rabinovici começou seus informes dizendo que em relação a carta conjunta que foi enviada aos diretores de campus pedindo maior empenho na constituição das comissões locais e da qual teve ciência e participação o próprio gabinete da Reitoria, acabou não sendo reenviado aos destinatários, no entanto ocorreu o pedido de uma pauta com os diretores de campus na reunião que ocorre mensalmente, e está ocorrendo, com a presença da PRAE, da Reitoria e de representante da ProPlan. Através dessa reunião foram feitas as cobranças específicas de cada campus em relação às comissões, solicitando que os campi

encaminhem avisos formais das etapas e das mudanças ocorridas em relação às moradias. Mesmo com a ausência do diretor de campus de Osasco, em decorrência da Congregação de campus havida no mesmo dia, não houve problemas, dado que Osasco está com a documentação obrigatória já produzida e portanto é o único campus a poder entrar no primeiro concurso. Após esses avisos gerais, foram tratadas pautas específicas com alguns diretores separadamente, como por exemplo São Paulo, em que foi solicitada a definição do terreno para a construção das moradias estudantis e cobrado preponderância no apoio à construção das moradias, dado sua importância na vida acadêmica. Complementando estas exigências, a Prof^a. Andréa também sugeriu que seja citado no ofício criado pela Comissão a escolha definitiva do terreno em São Paulo, e que este pode ser assinado conjuntamente com a ProPlan, dado que este setor está responsável pela avaliação de viabilidade e pela produção dos editais dos concursos. Também, em caso de o campus optar por um local diferente, foi aconselhado que este assunto fosse tratado em discussões conjuntas com os estudantes, e que houvesse uma formalização mais segura dessas pautas locais junto à PRAE.

Também em relação ao campus São José dos Campos, foi relatada a interlocução feita entre os representantes da PRAE e os integrantes da Comissão e responsáveis pelo campus sobre a informação de existência de comissão local, que foi constituída e não formalizada, e tratou-se também sobre as falhas na comunicação entre os envolvidos. Foi dito que há interesse na troca de espaço para a construção de moradias e que é necessário a definição das documentações obrigatórias e do espaço para o devido encaminhamento à PRAE do pedido de concurso público. Assim, foi sugerido que houvesse a produção de um ofício conjunto entre a Comissão de Moradia e a PRAE, relacionando todas as pendências presentes nos procedimentos requeridos em todos os campi. No caso de São Paulo, será solicitado também que seja confirmada a escolha do terreno para a construção das moradias, para que se formalize definitivamente essa questão. Em caso de não ocorrer o resultado esperado, é sugerido também que haja um planejamento de quais ações é possível a PRAE realizar localmente sem a intervenção dos campi, em caso de alguma demora no atendimento dos pedidos feitos pela PRAE. O campus Guarulhos declarou possuir um terreno de 4.000 m², só que nessa área foi solicitado que os alunos optem pela construção das moradias ou a construção de creches e locais para cuidados de crianças pequenas. Dessa forma, ainda não há a efetivação e confirmação de um terreno que seja utilizável para o prosseguimento dos processos que culminarão com a construção de moradias.

A Prof^a. Andréa sugeriu também que a Comissão elaborasse algum mecanismo de comunicação pública das ações da Comissão, para que toda a comunidade acadêmica e os interessados pelas ações da Comissão saibam exatamente o que tem ocorrido no decorrer das deliberações tomadas pela comissão. Isso se justifica devido às repetidas indagações sobre o andamento das ações da comissão de moradia, e com a produção desses comunicados seria possível prestar as informações necessárias no próprio site da PRAE. É sugerido que imediatamente seja produzida uma nota de esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos e sobre as etapas finalizadas pelos diversos setores envolvidos no desenvolvimento das moradias. Quanto às alegações da comunidade acadêmica que, por suposto, dificultariam a implantação de moradias no terreno já indicado, como distância onerosa, tamanho insuficiente para implantação de cursos graduação e extensão com a utilização concomitante do espaço para moradia, insegurança pública local, são todas sanáveis com a adoção de replanejamentos

de espaço e implantação do local. Já faz alguns anos que há obras do metrô na localidade, o que facilitará a mobilidade dos estudantes. Em relação à comunicação entre a Comissão de Moradia com os diferentes interessados nas ações discutidas e executadas, foi dito que é considerado necessário minimamente um extrato sobre as ocorrências, pois facilita em muito a obtenção de informações e diminui consideravelmente o número de indagações feitas pela comunidade acadêmica sobre o assunto. Com isso é dada a respectiva transparência necessária a toda ação pública praticada.

A assistente social Viviane Aguiar disse que em decorrência da urgência presente em se organizar os procedimentos para a ocorrência dos concursos, tinha pensado em utilizar os esforços de bolsistas do próximo BIG para planejar e produzir a publicação dos questionários de consulta pública. No entanto, a vigência de permanência das bolsas não compatibiliza com o acompanhamento necessário desses estudantes de todo o processo de consulta pública. Mesmo com a composição da comissão local de São Paulo não estando completa, foi realizada uma reunião, de onde originou-se uma ata, que foi devidamente assinada e protocolada pela diretoria do campus. Nela, foram sugeridos alguns encaminhamentos com a finalidade de incentivar o campus a produzir uma devolutiva sobre as pendências em relação ao assunto.

O Prof^o. Fábio Alexandre declarou sentir dúvidas sobre a avocação da aplicação do questionário de consulta pública pela PRAE, pois na carta que foi enviada inicialmente havia uma cobrança de maior empenho por parte dos diretores de campus, e agora neste momento aplicar de forma direta a consulta pública a todos os envolvidos seria o mesmo que retirar a responsabilidade que os campi devem ter em suas obrigações. Também disse ser extremamente importante que, se possível, localizemos a aprovação em ata do terreno de Santo Amaro para a construção das moradias de São Paulo, para que haja uma interlocução mais rápida entre o campus e a PRAE em relação a efetivação atual de sua escolha. Com essa ata passada em mãos, segundo ele a comissão passaria a atuar e concentrar seus esforços no terreno que é atualmente indicado, dando prosseguimento nas ações inerentes à comissão da PRAE.

Sobre a proposta sugerida na reunião anterior, em que seria utilizada temporariamente a mesma forma de gestão da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), para o atendimento atual da demanda por moradia, tinha sido definido que haveria encaminhamentos para as respectivas comissões locais para discussão da viabilidade e que, em caso de aprovação, a sugestão seria levada ao conhecimento da reitora para uma análise final e aprovação. No caso de aceita como viável, haveria então a abertura de licitações para a contratação de edifícios que teriam como finalidade servirem de repúblicas provisórios aos estudantes, até o término das obras das moradias estudantis da Unifesp. Não é fechada nenhuma possibilidade, mas foi uma sugestão elaborada com o objetivo de dar suporte à demanda de alguns campi, que recebem uma quantidade elevada de estudantes de localidades distantes ou até mesmo de fora do estado, e que estão com dificuldades atuais de apoio a essa demanda.

O Prof^o. Fábio Alexandre se comprometeu a fazer um levantamento de informações para serem apresentadas aos diversos campi, com as pendências constantes na PRAE e principalmente demonstrando o trabalho que vem sendo realizado desde o início das reuniões.

Assim, não havendo mais pautas a serem discutidas, o Presidente da Comissão de Moradia, Profº Fábio Alexandre dos Santos, finalizou a presente reunião. Eu, Cássio Manoel do Nascimento, secretário da Comissão de Moradia da PRAE, redigi essa ata.

Presidente: Fábio Alexandre dos Santos - _____

Secretário: Cássio Manoel do Nascimento - _____

São Paulo, 03 de julho de 2.014.

Presentes:

Fábio Alexandre dos Santos

Andréa Rabinovici

Viviane Aguilar

Marilda Guerra

Emilia Tiemi

Mariana de Jesus

Cássio Manoel do Nascimento
